

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO II – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2026

NÍVEL MÉDIO

CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa: 1. Compreensão Textual; 2. Sílabas; 3. Encontros Vocálicos e Consonantais; 4. Dígrafos; 5. Tonicidade; 6. Reforma Ortográfica – 2009; 7. Acentuação; 8. Prosódia; 9. Estrutura e Formação das Palavras; 10. Classificação e Flexão das Palavras; 11. Emprego de Tempos e Modos Verbais; 12. Significação das Palavras; 13. Sinonímia, Antonímia, Polissemia, Emprego de Parônimos e Homônimos, Denotação e Conotação; 14. Termos Essenciais, Integrantes e Acessórios da Oração; 15. Vocativo; 16. Crase; 17. Pronomes: emprego, formas de tratamento, colocação; 18. Pontuação; 19. Coesão e coerência textual.

Matemática e Raciocínio Lógico: 1. conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos). operações, propriedades e aplicações (soma, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). 2. razão e proporção. 3. grandezas diretamente e inversamente proporcionais. 4. regra de três simples e composta. 5. sistema monetário brasileiro. 6. porcentagem. 7. juros simples e compostos. 8. equações e inequações. 9. sequências. 10. progressões aritméticas e geométricas. 11. análise combinatória. 12. arranjos e permutações. 13. princípios de contagem e probabilidade. 14. resolução de situações problemas. 15. sistemas de medidas. 16. cálculo de áreas e volumes. 17. compreensão de estruturas lógicas. 18. lógica de argumentação (analogias, inferências, deduções e conclusões). 19. diagramas lógicos.

Legislação Municipal: 1. Lei orgânica nº 1, de 04 de abril de 1990. (Lei orgânica do município de Barra do Choça - Bahia.) 2. lei nº 192, de 09 de setembro de 2011. (institui o estatuto dos servidores públicos municipais de Barra do Choça, dispõe sobre o seu regime jurídico e dá outras providências).

CONTEÚDOS PRESENTES NO CADERNO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de direitos e deveres individuais e coletivos: Noções de direitos e deveres individuais e coletivos: 1. Direito à vida. 2. Direito à Liberdade. 3. Princípio da Igualdade (Art. 5º I). 4. Princípio da legalidade e da Anterioridade Penal (Art. 5º II, XXXIX). 5. Liberdade de Manifestação do Pensamento (Art. 5º IV). 6. Inviolabilidade da Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem (Art. 5º X). 7. Inviolabilidade do Lar (Art. 5º XI). 8. Sigilo de Correspondência e de Comunicação (Art. 5º XII). 9. Liberdade de Locomoção (Art. 5º XV). 10. Direito de Reunião e de Associação (Art. 5º XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI). 11. Direito de Propriedade (Art. 5º XXII e XXIII). 12. Vedação ao Racismo (Art. 5º XLII). 13. Garantia às Integridades Física e Moral do Preso (Art. 5º XLIX). 14. Vedação às Provas Ilícitas (Art. 5º LVI). 15. Princípio da Presunção de Inocência (Art. 5º LVII). 16. Privilegia Contra a Auto-Incriminação (Art. 5º LXIII).

Cidadania e segurança pública: 1. Noções de Cidadania: conceito, características e fundamentos; 2. Cidadania e direitos políticos na Constituição Federal; 3. Cidadania e meio ambiente. 4. Segurança pública: segurança pública como direito fundamental (art. 5º, caput, Constituição Federal); 5. Segurança pública como direito social (art. 6º, Caput, Constituição Federal); 6. Segurança pública na Constituição Federal: art. 144; 7. Estatuto das Guardas Municipais: Lei 13022/2014.

Ética no Serviço Público: 1. Ética e Moral, 2. Ética, princípios e valores, 3. Ética e democracia: exercício de cidadania, 4. Ética e função pública, 5. Ética no setor público

Legislação de Trânsito: Lei Federal nº 9.503/97 (que institui o Código de Trânsito Brasileiro: Capítulos I, II, III e XIX.

Crimes contra a administração pública: Decreto-Lei 2848/1940 (Código Penal): 1. Conceito de funcionário público; 2. Peculato; 3. Corrupção passiva; 4. Corrupção ativa; 5. Prevaricação; 6. Tráfico de influência. 7. Concussão. 8. Condescendência criminosa; 9. Resistência, desacato e desobediência.

Leis Penais Especiais: 1. Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade). 2. Lei nº 8.072/90 (Crimes Hediondos). 3. Lei nº 9.455/97 (Tortura). 4. Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Das disposições Preliminares (Art. 1º à 6º), Das medidas de proteção (Art. 98 à 102), Da prática de Ato Infracional (Art. 103 à 128), Das medidas Pertinentes aos Pais ou responsável (Art. 129 e 130). 5. Lei 11.340/2006 lei Maria da penha (das medidas protetivas de urgência e do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência). 6. Lei nº 10.826/2003; (Estatuto do Desarmamento).